

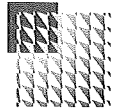
Sidio Rosa de Mesquita Júnior

Execução Criminal

Teoria e Prática

Doutrina
Jurisprudência
Modelos

7ª Edição



SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 1999 by Editora Atlas S.A.

As três primeiras edições deste livro traziam o título:

Manual de execução penal

1. ed. 1999; 2. ed. 2002; 3. ed. 2003; 4. ed. 2005; 5. ed. 2007;

6. ed. 2010; 7. ed. 2014

Capa: Nilton Masoni

Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Execução criminal: teoria e prática: doutrina, jurisprudência, modelos /
Sídio Rosa de Mesquita Júnior. – 7. ed. –
São Paulo : Atlas, 2014.

Título anterior: Manual de execução penal

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8973-2

ISBN 978-85-224-8974-9 (PDF)

1. Execução penal – Leis e legislação – Brasil 2. Penas – Leis e legislação –
Brasil I. Título.

04-6724

CDU-343.8(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Execução penal : Direito penitenciário 343.8(81)(094)
2. Leis : Execução penal : Brasil : Direito penitenciário 343.8(81)(094)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

1008846



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

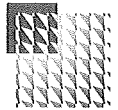
Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

Sumário



Prefácio, xix

Introdução, 1

- 1 Fontes, Princípios e Autonomia do Direito de Execução Criminal, 3**
 - 1.1 Generalidades, 3
 - 1.2 Denominação direito de execução criminal, 4
 - 1.3 Fontes e autonomia do direito de execução criminal, 4
 - 1.4 Relacionamento com outras ciências, 7
 - 1.5 Princípios do direito de execução criminal, 8
 - 1.5.1 Críticas aos princípios, 8
 - 1.5.2 Princípio da legalidade, 13
 - 1.5.3 Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular, 15
 - 1.5.4 Igualdade, 17
 - 1.5.5 Jurisdicionalidade, 18
 - 1.5.6 Duplo grau de jurisdição, 19
 - 1.5.7 Contraditório e ampla defesa, 19
 - 1.5.8 Humanização da pena, 22
 - 1.5.9 Proporcionalidade, 22
 - 1.5.10 Individualização da pena, 27
 - 1.5.10.1 Generalidades, 27
 - 1.5.10.2 Constitucionalidade da individualização da pena, 28

- 1.5.10.3 Momentos da individualização da pena e inconstitucionalidades da Lei n. 8.072/1990, 30
- 1.5.10.4 Derrogação da Lei n. 8.072/1990, 34
- 1.5.11 Publicidade, 39
- 1.6 Conceito do DExecCrim, 41
- 2 O Direito de Punir ao Longo dos Anos, 43**
 - 2.1 O direito de punir, 43
 - 2.1.1 Contextualização do assunto, 43
 - 2.1.2 O porquê da preocupação com a jusfilosofia, 44
 - 2.1.3 Teorias da pena, 45
 - 2.1.4 A importância de delimitar os graus do conhecimento a serem abordados, 46
 - 2.1.5 A intrigante busca pela compreensão da legitimação da coercibilidade, 48
 - 2.2 Escorço histórico, 52
 - 2.2.1 Generalidades, 52
 - 2.2.2 Ideias e instituições criminais, 52
 - 2.2.2.1 O porquê das “ideias e das instituições criminais”, 52
 - 2.2.2.2 Fase da vingança, 53
 - 2.2.2.3 Lei de talião, 54
 - 2.2.2.4 Composição, 55
 - 2.2.2.5 Códigos escritos, 56
 - 2.2.2.6 Povos antigos, 57
 - 2.2.2.7 Direito da Igreja, 61
 - 2.2.2.8 Período humanitário, 62
 - 2.2.2.9 Período criminológico, 63
 - 2.2.3 Escolas criminais, 69
 - 2.2.3.1 Escola Clássica, 69
 - 2.2.3.2 Escola Positiva, 69
 - 2.2.3.3 Funcionalismo, 74
 - 2.2.3.4 Formação multidisciplinar do direito e o funcionalismo criminal: teorias do discurso, 88
 - 2.2.4 Direito criminal no Brasil, 97
 - 2.3 Direito criminal, penologia, política criminal, vitimologia e criminologia, 99
 - 2.3.1 Objeto de estudo de cada ciência, 99
 - 2.3.2 Criminologia, 101
 - 2.3.2.1 Criminologia, 101
 - 2.3.2.2 Autonomia da criminologia, 102

- 2.3.2.3 Método de estudo da criminologia, 104
- 2.3.2.4 Criminologia clássica (ou positiva?), 105
- 2.3.3 Vertentes hodiernas, 114
 - 2.3.3.1 Contextualizando a criminologia e dentre os movimentos que tendem ao combate da criminalidade, 114
 - 2.3.3.2 As denominadas escolas criminológicas, 115
 - 2.3.3.3 Criminologia crítica e abolicionismo, minimalismo e maximização do DCrim, 116

3 Fundamentos, Objetivos, Limites e Competência do Juiz da Execução Criminal, 123

- 3.1 Objetivos, 123
- 3.2 Excesso ou desvio na execução, 124
 - 3.2.1 Generalidades, 124
 - 3.2.2 Excesso ou desvio, 125
 - 3.2.2.1 Generalidades, 125
 - 3.2.2.2 Excesso ou desvio por ato da autoridade administrativa, 126
 - 3.2.2.3 Excesso ou desvio praticado por determinação judicial, 133
- 3.3 Fundamentos, 137
- 3.4 Competência do juiz da execução, 138
- 3.5 O juízo da execução e a Lei n. 9.099/1995, 140
 - 3.5.1 O direito criminal moderno, 140
 - 3.5.2 Aspectos que distinguem a sanção criminal em relação à sanção civil, 141
 - 3.5.3 Natureza jurídica da sanção criminal, 141
 - 3.5.4 A Lei n. 9.099/1995, 142
 - 3.5.4.1 Conciliação: *sursis* e *probation*, 142
 - 3.5.4.2 Definição de delito de menor potencial ofensivo, 144
 - 3.5.4.3 Breve incursão sobre a iniciativa da ação, 146
 - 3.5.4.4 Composição civil (ou transação civil), 148
 - 3.5.4.5 Transação, 149
 - 3.5.4.6 Suspensão condicional do processo, 157
 - 3.5.4.7 Pena fixada no processo, 161

4 Tratamento Penitenciário, 162

- 4.1 Generalidades, 162
- 4.2 Exame criminológico, 163
- 4.3 Comissão técnica de classificação, 164
- 4.4 Cadastro do perfil genético, 167

- 4.4.1 Generalidades, 168
- 4.4.2 Assistência material, 168
- 4.4.3 Assistência à saúde, 170
- 4.4.4 Assistência jurídica, 172
- 4.4.5 Assistência educacional, 175
- 4.4.6 Assistência social, 179
- 4.4.7 Assistência religiosa, 180
- 4.5 Trabalho, 182
 - 4.5.1 Generalidades, 182
 - 4.5.2 Trabalho no interior do estabelecimento, 186
 - 4.5.3 Trabalho externo, 186
 - 4.5.3.1 Regra geral, 186
 - 4.5.3.2 Trabalho externo: em órgão público, 187
 - 4.5.3.3 Trabalho externo: em empresa particular, 188
- 5 Deveres, Direitos e Disciplina, 192**
 - 5.1 Generalidades, 192
 - 5.2 Deveres, 193
 - 5.3 Classificação das infrações, 194
 - 5.4 Da sanção, 196
 - 5.5 Regime disciplinar diferenciado, 198
 - 5.6 Prescrição da sanção administrativa, 206
 - 5.7 Direitos e recompensas, 210
 - 5.8 Diferenças ontológicas entre condenado e internado, 212
- 6 Organização Penitenciária, 213**
 - 6.1 Generalidades, 213
 - 6.2 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e departamentos penitenciários, 214
 - 6.3 Ministério Público, 216
 - 6.4 Defensoria pública, 220
 - 6.5 Conselho penitenciário, patronato e conselho comunitário, 224
 - 6.6 Juízo da execução, 226
- 7 Juízo da Execução, 227**
 - 7.1 Generalidades, 227
 - 7.2 Estrutura da justiça do Distrito Federal para a execução das penas, medidas de segurança e medidas da Lei n. 9.099/1995, 229
 - 7.2.1 Generalidades, 229

- 7.2.2 Serviço psicossocial, 231
- 7.2.3 A execução no Distrito Federal, 231
- 7.3 Aplicação da lei nova mais benéfica (CEC, art. 66, inciso I), 232
 - 7.3.1 Generalidades, 232
 - 7.3.2 Critérios para a aplicação da lei nova mais benéfica, 233
 - 7.3.3 Da desnecessidade da propositura de revisão criminal, 236
- 7.4 Extinção da punibilidade (CEC, art. 66, inciso II), 237
 - 7.4.1 Generalidades, 237
 - 7.4.2 Morte, 238
 - 7.4.3 Anistia, 243
 - 7.4.4 Graça e indulto, 244
 - 7.4.5 *Abolitio criminis*, 248
 - 7.4.6 Decadência, 248
 - 7.4.6.1 Regra geral, 248
 - 7.4.6.2 Decadência na ocultação de impedimento que torna o casamento anulável, 248
 - 7.4.6.3 Crime de imprensa, 249
 - 7.4.6.4 Juizados especiais criminais, 249
 - 7.4.6.5 Crime contra a honra de servidor público *propter officium*, 252
 - 7.4.6.6 Vítima menor de 18 anos de idade, 253
 - 7.4.6.7 Vítima maior de 18 anos e menor de 21 anos de idade (menoridade relativa), 253
 - 7.4.6.8 Crime contra a propriedade imaterial, 254
 - 7.4.7 Prescrição, 255
 - 7.4.7.1 Natureza jurídica, 255
 - 7.4.7.2 Fundamentos, 256
 - 7.4.7.3 Espécies e prazos, 256
 - 7.4.7.4 Prescrição da pretensão punitiva, 258
 - 7.4.7.5 Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente, 259
 - 7.4.7.6 Prescrição retroativa, 261
 - 7.4.7.7 Reconhecimento antecipado da prescrição retroativa (prescrição virtual), 263
 - 7.4.7.8 Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva, 265
 - 7.4.7.9 Base de cálculo para a prescrição da pretensão punitiva, 266
 - 7.4.7.10 Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva, 267
 - 7.4.7.11 Suspensão do prazo da prescrição da pretensão punitiva, 269
 - 7.4.7.12 Redução do prazo prescricional: idade, 273

- 7.4.7.13 Prescrição da pretensão executória, 274
- 7.4.7.14 Suspensão e interrupção da prescrição da pretensão executória, 274
- 7.4.7.15 Reincidência e prescrição da pretensão executória, 275
- 7.4.7.16 Detração e prescrição, 276
- 7.4.7.17 Livramento condicional, suspensão condicional da pena e prescrição da pretensão executória, 277
- 7.4.7.18 Regime aberto e prescrição, 278
- 7.4.7.19 Prescrição da multa, 279
- 7.4.7.20 Prescrição da medida de segurança, 280
- 7.4.7.21 Prescrição no concurso de crimes, 281
- 7.4.7.22 Prescrição na legislação especial, 281
- 7.4.8 Renúncia, 282
- 7.4.9 Perdão do ofendido, 283
- 7.4.10 Perempção, 284
- 7.4.11 Casamento da vítima, 285
- 7.4.12 Perdão judicial, 286
- 7.5 Soma das penas e unificação pelo limite máximo, 287
 - 7.5.1 Ausência de concorrência de delitos, 287
 - 7.5.2 Unificação decorrente do limite das penas, 288
- 7.6 Aplicação da pena privativa de liberdade, 293
 - 7.6.1 Critério trifásico e advertência essencial, 293
 - 7.6.2 Primeira fase – Fixação da pena-base (circunstâncias judiciais), 294
 - 7.6.2.1 Valor de cada circunstância judicial, 294
 - 7.6.2.2 Explicando cada uma das circunstâncias judiciais, 296
 - 7.6.3 Segunda fase – agravantes e atenuantes genéricas (circunstâncias legais), 306
 - 7.6.3.1 Generalidades, 306
 - 7.6.3.2 Análise de cada circunstância legal agravante, 308
 - 7.6.3.3 Análise de cada circunstância legal atenuante, 319
 - 7.6.4 Causas de aumento e diminuição, 329
- 7.7 Concurso de crimes, 331
 - 7.7.1 Conexão entre crimes, 331
 - 7.7.2 Sistemas e correntes de aplicação da pena, 331
 - 7.7.3 Concurso material, 333
 - 7.7.4 Concurso formal, 334
 - 7.7.4.1 Noção, 334
 - 7.7.4.2 Espécies, 335
 - 7.7.4.3 Imposição e unificação da pena: soma e exasperação, 336

- 7.7.5 Continuidade delitiva, 337
 - 7.7.5.1 Inspiração e natureza jurídica, 337
 - 7.7.5.2 Requisito subjetivo, 340
 - 7.7.5.3 Espécies, 341
 - 7.7.5.4 Requisitos objetivos, 342
 - 7.7.5.5 Continuidade delitiva específica (ou especial), 346
 - 7.7.5.6 Exasperação na continuidade delitiva simples, 348
 - 7.7.5.7 Exasperação na continuidade delitiva específica, 349
 - 7.7.5.8 *Aberratio ictus e aberratio delicti*, 349
 - 7.7.5.9 Conclusões acerca da aplicação da pena no concurso de crimes, 352
- 7.8 Detração penal, 353
- 7.9 Remoção, 354
 - 7.9.1 Natureza da decisão de remoção, 354
 - 7.9.2 Transferência de presos no interior do país, 355
 - 7.9.3 Remoção para outro Estado soberano, 358
 - 7.9.4 Transferência de preso para hospital psiquiátrico ou manicômio judiciário, 361
- 7.10 Emitir atestado de pena a cumprir, 363
- 8 Dos Estabelecimentos e do Pessoal Penitenciário, 364**
 - 8.1 Estabelecimentos do sistema de execução criminal, 364
 - 8.1.1 Generalidades, 364
 - 8.1.2 Penitenciárias, 366
 - 8.1.3 Colônias agrícolas e industriais, 368
 - 8.1.4 Casa de albergado, 368
 - 8.1.5 Cadeia pública, 369
 - 8.1.6 Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, 371
 - 8.1.7 Centro de observação, 372
 - 8.2 Pessoal penitenciário, 374
 - 8.3 Modelo instituído pela Lei n. 10.792/2003, 375
- 9 Execução da Pena Privativa de Liberdade, 377**
 - 9.1 Generalidades, 377
 - 9.2 Sistemas penitenciários clássicos, 378
 - 9.3 Sistema progressivo brasileiro, 379
 - 9.4 Início da execução da pena, 381
 - 9.4.1 Execução definitiva, 381
 - 9.4.2 Execução provisória, 384

- 9.4.3 Execução provisória e recurso especial ou extraordinário, 386
- 9.5 Regras de cada um dos regimes, 388
 - 9.5.1 Regime inicial, 388
 - 9.5.2 Regime fechado, 390
 - 9.5.3 Regime semiaberto, 390
 - 9.5.4 Regime aberto, 391
- 9.6 Benefícios, 394
 - 9.6.1 Progressão de regime, 394
 - 9.6.1.1 Requisitos aplicáveis a todas as progressões, 394
 - 9.6.1.2 Do fechado para o semiaberto, 396
 - 9.6.1.3 Do semiaberto para o aberto, 401
 - 9.6.2 Saídas, 404
 - 9.6.2.1 Saída especial, 404
 - 9.6.2.2 Saídas temporárias, 406
 - 9.6.3 Livramento condicional, 411
- 9.7 Regressão de regimes, 419
 - 9.7.1 Unificação de regimes, 419
 - 9.7.2 Regressão de regimes, 421
- 9.8 Suspensão condicional da pena, 425
- 9.9 Remição da pena pelo trabalho e pelo estudo, 430
 - 9.9.1 Regra geral e falha da administração pública em cumprir o CEC, 430
 - 9.9.2 Perda dos dias remidos, 432

10 Execução da Pena Restritiva de Direito, 434

- 10.1 Incentivo à pena não privativa de liberdade, 434
- 10.2 Limites para a substituição, 438
- 10.3 Escolha da pena dentre as cominadas, 439
- 10.4 Conversão em pena privativa de liberdade, 451
- 10.5 Reincidência e prescrição, 452
- 10.6 Substituição em crimes hediondos e assemelhados, 452
- 10.7 Descumprimento da pena restritiva de direito decorrente do crime do art. 28 da Lei n. 11.343/2006, 457

11 Execução da Multa, 460

- 11.1 Noção, 460
- 11.2 Substituição da pena restritiva de direito por multa, 462
- 11.3 Execução, 462
- 11.4 A multa na Lei n. 11.343/2006, 466

12 Execução da Medida de Segurança, 467

- 12.1 Introdução, 467
- 12.2 Escorço histórico, 468
- 12.3 Natureza jurídica, 470
- 12.4 Sistemas de aplicação (duplo binário e vicariante), 473
- 12.5 Espécies, 474
- 12.6 Pressupostos para imposição da medida de segurança, 475
- 12.7 Efeitos da sentença, 478
- 12.8 Execução, 480
- 12.9 Medida de segurança e Lei n. 11.343/2006, 491
- 12.10 Extinção da punibilidade, 492

13 Incidentes da Execução, 498

- 13.1 Conversão da prisão em pena restritiva de direito, 498
- 13.2 Descumprimento da pena do art. 28 da Lei n. 11.343/2006, 499
- 13.3 Conversão da pena restritiva de direito em prisão, 500
- 13.4 Pena de multa e medida de segurança, 500
- 13.5 Excesso ou desvio, 501
- 13.6 Anistia, graça e indulto, 501

14 Procedimento Judicial, 505

- 14.1 Generalidades, 505
- 14.2 Legitimidade para agir, 506
- 14.3 Participação do advogado, 508
- 14.4 Recurso de agravo, 509
- 14.5 *Habeas corpus* na execução, 514
- 14.6 Reabilitação, 515

15 Últimas Considerações, 517

- 15.1 Comentários às disposições finais, 517
- 15.2 Últimas críticas, 519

Apêndice: Tabela para Calcular Requisito Temporal, 525

Bibliografia, 537